

O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)*

Temis Gomes Parente¹
Olaya Fernández Guerrero²

Introdução

Este texto propõe-se a analisar o cotidiano das mulheres dos reassentamentos rurais criados com o enchimento do reservatório que se formou com a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, no Rio Tocantins, no município de Porto Nacional (TO, Brasil). Com esta análise, pretendemos conhecer como é a vivência dessas pessoas dez anos depois da mudança para os reassentamentos e, a partir dessa “leitura”, procurar entender o processo de desempoderamento das líderes dos movimentos sociais que representam esses reassentamentos.

* Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundación Carolina (Espanha).

1 Pós-doutora em História, professora de História da Universidade Federal do Tocantins e faz parte dos programas de mestrado em Desenvolvimento Regional e Ciências do Ambiente da mesma Universidade.

2 Doutora em Filosofia e professora de Filosofia da Universidad Nacional de Educación a Distancia (Espanha).

Para compreender o desempoderamento, é necessário trazer para a discussão o que é empoderamento. Entendemos empoderamento, neste texto, como o desenvolvimento da confiança de uma pessoa ou de um grupo nas próprias capacidades, com o aumento da força espiritual, política, social ou econômica dos indivíduos e das comunidades (Deere; León, 2002, p. 52). Empoderamento também é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle dos próprios assuntos, da própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e da competência para produzir, criar e gerir.

Na compreensão de Zapata (2003), são considerados fatores impulsionadores do empoderamento: a autonomia econômica; a participação em redes sociais; o acesso ao conhecimento formal e às informações; a confiança e a autoestima; e, ainda, o desenvolvimento de habilidades e de liderança.

Pretendemos discutir as questões relativas à compreensão do empoderamento que o movimento feminista vem fazendo ao longo das últimas décadas e trazer essas considerações teóricas para o estudo empírico das condições de vida das mulheres reassentadas. A nossa preocupação em tratar desse tema deu-se pela constatação da ausência da abordagem das questões de gênero no processo de planejamento, construção e operação de barragens. Segundo análises da Comissão Mundial de Barragens, na maioria das vezes, os projetos de barragem ampliam as disparidades de gênero, seja pela imposição desproporcional dos custos sociais sobre as mulheres, seja pela alocação desigual dos benefícios por eles gerados. Embora não se possa atribuir a esses projetos a responsabilidade pela desigualdade nas relações de gênero, projetos nos quais essa questão não é levada em consideração podem, na melhor das hipóteses, não alterar as condições preexistentes e, na pior, agravá-las ainda mais (World Commission on Dams, 2000, p. 114-115; Viana, 2003).

Durante a pesquisa, perguntamo-nos: será que as condições compulsórias de mudança para os reassentamentos dessas famílias, consideradas como grupos desterritorializados por estudos anteriores (Parente, 2007), fizeram com que se congregassem fatores que contribuíssem para o não empoderamento dessas mulheres?³ Neste trabalho, consideramos como fatores inibidores do empoderamento – portanto, o desempoderamento – as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a falta

3 Ao não empoderamento, neste texto, chamaremos de desempoderamento.

de apoio, a falta de capacitação e de maior participação (Zapata, 2003, p. 225-249). A nossa análise fundamentar-se-á na identificação desses fatores nas falas de mulheres dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural (TO). É a partir das suas narrativas que tentamos entender mais de perto a vida dessas mulheres, descobrindo as estratégias que fazem com que elas permaneçam, e mesmo fortaleçam, os lugares de gênero que ocupam. Mas é também através dessas narrativas que se podem perceber alguns dos fatores que contribuem para empoderar as mulheres, pois no momento em que narram, refletem sobre situações de opressão/dominação invisíveis, já que a força simbólica se exerce sobre os corpos diretamente e, como que por magia, sem coerção física (Bourdieu, 1999, p. 50; Meneghel; Farina; Ramão, 2005, p. 570).

Quando falamos de lugares de gênero, estamos falando de poder, na medida em que as relações existentes entre o masculino e o feminino são relações desiguais, assimétricas, que mantêm a mulher subjugada ao homem. Segundo Judith Butler, a categoria “sexo” é uma construção feita do ponto de vista do poder, porque “o sexo sempre é produzido como uma repetição das normas hegemônicas” (Butler, 1993, p. 107), e o gênero é “um conjunto de atos repetidos dentro de um marco regulador muito rígido que, com o tempo, acaba por se estabelecer como algo aparentemente natural” (Butler, 1990, p. 33). Dessa maneira, Butler critica como as identidades masculina e feminina são uma construção cultural e como, ao longo do tempo, essas identidades foram institucionalizadas e aceitas como “naturais”, o que contribuiu para reforçar e perpetuar os estereótipos de gênero.

Acontece que o poder não é um objeto que se possa possuir; o que existe são práticas, relações de poder que atravessam os sujeitos e, principalmente, produzem discursos e subjetividades. Subjetividades essas que estão internalizadas nas falas das mulheres por nós pesquisadas, contribuindo, portanto, para o seu desempoderamento (Meneghel; Farina; Ramão, 2005, p. 568).

Contextualização

A construção da UHE Luís Eduardo Magalhães está diretamente relacionada às mudanças ocorridas no estado do Tocantins após sua criação

pela Constituição Federal de 1988 e à conseqüente divisão de Goiás. Com sua criação, o novo estado precisava de infraestrutura e, por conseguinte, de capital público ou privado, a título de financiamento ou empréstimo. Para tanto, era necessário atrair pessoas e investidores do Brasil e do exterior.

A partir da década de 1990, o Tocantins estabeleceu o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), um instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas. Esse documento estabelece medidas e padrões de proteção ambiental, dos recursos hídricos e do solo e de conservação da biodiversidade, fomentando o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. Ao mesmo tempo, o Tocantins buscava promover seu desenvolvimento através da implantação de projetos de grande escala (PGE), que tinham como prerrogativa permitir a expansão do capital em regiões de pouco crescimento econômico. Daí, portanto, o investimento nas usinas hidrelétricas. Os projetos hidrelétricos implantados ao longo do Rio Tocantins – UHE de Tucuruí, no estado do Pará (1984); UHE Serra da Mesa, no estado de Goiás (1998); UHE Luís Eduardo Magalhães, no estado do Tocantins (2001); UHE Cana Brava, no estado de Goiás (2002); UHE Peixe-Angical, no Tocantins (2006); UHE São Salvador, no Tocantins (2009); e, em fase de conclusão, a UHE de Estreito, na divisa dos estados do Tocantins e Maranhão – apoiam-se em decisões tomadas de forma concatenada pelos governos federal e estaduais, bem como por empresas que integram grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros (Parente; Salustiano, 2008, p. 176).

Como projeto de grande escala, a Usina Luís Eduardo Magalhães-Lajeado está em conformidade com a política desenvolvimentista planejada especialmente para a região Norte e, nesse caso em particular, para o estado do Tocantins, que não só passou a integrar essa região, mas também a Amazônia Legal – uma área que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica e que, conseqüentemente, possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do estado do Maranhão). A UHE Luís Eduardo Magalhães-Lajeado é a primeira hidrelétrica do país a ser construída pela iniciativa privada após a reestruturação do setor elétrico na década de 1990. Talvez esse seja um dos fatores que contribuem para que inúmeros estudos acadêmicos (dissertações, teses e pesquisas), em todas as áreas, se debruçam sobre os seus impactos.

A UHE Luís Eduardo Magalhães está localizada nos municípios de Lajeado e Miracema, a 55 km de Palmas, capital do estado. O lago formado com o barramento do rio, para a construção da usina em 2001, tem uma extensão de 170 km e abrange uma área de 630 km², atingindo os municípios de Miracema, Lajeado, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Impueira. A implantação do Programa da População Rural redundou no reassentamento de 363 famílias em todos esses municípios, distribuídas em 12 reassentamentos. A maior parte desses projetos de construção de reassentamentos concentrou-se no município de Porto Nacional, com oito reassentamentos e um total de 307 famílias (Silva Júnior, 2005, p. 97).

Entendendo o empoderamento

O conceito de empoderamento não é novo. Encontramos referências ao termo desde os anos 1960, especialmente no movimento afro-americano e na teoria de Paulo Freire, baseada no desenvolvimento da consciência crítica. Os movimentos de mulheres do setor popular na América Latina e no Caribe, sem esquecer os movimentos feministas, reivindicam desde 1985 a noção de empoderamento relacionada, de um lado, com a tomada de “poder”, insistindo principalmente no fortalecimento da autoestima, da confiança em si e da capacidade de escolher as orientações na própria vida e, de outro, com o poder coletivo de mudança das relações de gênero nas diferentes esferas: econômica, política, jurídica e sociocultural (Charlier; Caubergs, 2007).

Para as feministas, o empoderamento compreende a alteração radical de processos e estruturas que reduzem a posição subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais; o empoderamento “propõe mudanças pessoais nas mulheres, e uma reorganização de seus sistemas que seja crítica com os estereótipos femininos e que questione os ‘traços’ que o patriarcado lhes atribuiu” (Fernández, 2012, p. 228).

O interessante do empoderamento é que

chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social [...]. As relações de poder podem significar dominação, mas

também podem ser um mecanismo de resistência ou tomada de poder sobre formas existentes do mesmo (Deere; León, 2002, p. 53).

Empoderamento, na perspectiva feminista, é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é pré-condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e à manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes autonomia no que se refere ao controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e às violações (Toledo; Lisboa, 2011, p. 5).

O empoderamento significa, ainda, um desafio para as relações de poder existentes, procurando uma mudança no controle que tradicionalmente os homens tiveram sobre as mulheres (Batliwala, 1997, p. 195). Além disso, representa a expansão da liberdade de escolha e de atuação e o aumento da capacidade de agir dos sujeitos sobre os recursos e decisões que afetam sua vida. É um processo que pode ajudar na superação da desigualdade de gênero, sempre que as mulheres reconhecerem a ideologia sexista e entenderem que essa ideologia perpetua a discriminação em relação a elas (Meneghel; Farina; Ramão, 2005, p. 570).

Segundo Toledo e Lisboa (2011, p. 5), o primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero: reconhecerem que existe desigualdade entre homens e mulheres, indignarem-se com essa situação e quererem transformá-la. Para se empoderarem, as mulheres devem melhorar sua autopercepção, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para os seus direitos. As mulheres por nós entrevistadas, apesar de representarem um movimento que tem uma trajetória histórica no Brasil, o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB),⁴ não reconhecem a discriminação de gênero e, portanto, não lutam para transformá-la, até porque o próprio MAB não tem como política discutir

4 Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), fundado em 1989, definido como movimento nacional, popular e autônomo, organizado para articular ações contra as barragens a partir das realidades locais. V. <www.mabnacional.org.br/menu/historia.html>.

as questões de gênero. Essa discussão está começando somente agora dentro desse movimento.⁵

No documento do Fórum Econômico Mundial (2005) que analisa a dimensão atual das disparidades de gênero, foram selecionadas cinco dimensões para a avaliação do empoderamento das mulheres. Todas foram fundamentadas nas proposições do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM, agora ONU Mulheres), considerando diferentes padrões de desigualdade entre homens e mulheres.

- A primeira é a participação econômica de mulheres, que é fundamental não só para reduzir seus níveis desproporcionais de pobreza, mas também como medida importante para aumentar a renda da família e estimular o desenvolvimento econômico nos países como um todo.
- A segunda é a oportunidade econômica que diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres e extrapola a mera presença feminina em sua condição trabalhadora.
- A terceira é o empoderamento político, que é não só a representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais como informais, mas também o seu direito à voz na formulação de políticas que afetem a sociedade na qual estão inseridas.
- A quarta é o avanço educacional, pré-requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade e conteúdo comparável ao recebido por meninos e homens, as mulheres não conseguem acesso a empregos bem pagos do setor formal, nem avanços na carreira ou participação e representação no governo e influência política.
- Por último, a saúde e o bem-estar são conceitos relacionados às diferenças substanciais entre mulheres e homens, considerando o acesso à nutrição adequada, cuidados de saúde e facilidade reprodutiva, além de questões de segurança indispensáveis à integridade pessoal (Fórum Econômico Mundial, 2005, p. 7-13).

5 Judite da Rocha, Coordenação Nacional do MAB e também da região do Maranhão-Tocantins, responsável pela formação do Grupo das Mulheres dentro do movimento. Entrevista concedida a Olaya Fernández Guerrero, NEDIG – UFT – Porto Nacional, novembro de 2011.

Foi a partir da leitura desse documento que resolvemos perguntar na nossa pesquisa se as mulheres dos reassentamentos do Córrego Prata e Pinheirópolis Rural têm ou tinham algumas dessas dimensões. É importante acrescentar que não desconhecemos as determinações das condições históricas, políticas, sociais e econômicas específicas da região e da própria população local, determinações essas que irão interferir diretamente na realidade das mulheres no que se refere ao processo de desempoderamento, o que não difere de outras regiões em que um longo período de práticas coloniais determinou as estruturas sociais de dominação masculina, a pobreza e as economias vulneráveis, assim como as divisões de trabalho rígidas, com base em gênero e classe (Batliwala, 1997, p. 188).

Foi justamente por conhecer a realidade dessas mulheres que durante a pesquisa tivemos de redirecionar o nosso olhar. A situação do nosso *locus* de pesquisa não permitia mensurar tais informações, uma vez que essas pessoas não têm, ou não se veem, ou mesmo não sabem qual o processo para alcançar o empoderamento. Essa era uma inquietação das pesquisadoras e, portanto, resolvemos voltar o olhar para os fatores inibidores do processo de empoderamento que vivem essas mulheres.

Para entendermos os fatores inibidores do empoderamento – responsabilidades domésticas, opressão, dependência econômica, falta de apoio, ausência de capacitação e de maior participação – das mulheres dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural, optamos pela história oral, por entender que o interesse pelas mulheres e o uso de fontes orais ampliaram positivamente o cenário da pesquisa histórica e nele introduziram novos tópicos de investigação, tais como a vida diária, as atividades domésticas e a esfera privada de mulheres comuns (Salvatici, 2005, p. 31). Além disso, ainda segundo Salvatici, o momento das entrevistas durante a pesquisa é um novo espaço de encontro entre mulheres e, portanto, um encontro feminista.

O uso da história oral na pesquisa acadêmica torna-se importante quando ultrapassa o modelo de simples coleção de histórias pessoais e se transforma em diálogo sobre o passado, estimulando novas interpretações históricas. São essas novas interpretações que buscamos junto das entrevistadas, pois temos ciência de que essas mulheres não têm clareza do que seja empoderamento ou desempoderamento. Isso não quer dizer que em suas falas não apareçam alguns dos fatores que contribuem para essa compreensão,

e é isso que fomos “buscar” em suas narrativas: a riqueza de interpretações que possibilita a história oral, pois

Cada entrevista pode ser um convite a uma cadeia de diálogos. Cria-se um elo que mantém vivos leitores e ouvintes na dinâmica da conversa, nas possibilidades de respostas, na busca de novas direções e possibilidades de interpretações das mais diversas sobre o que se viveu. A história oral pode democratizar o entendimento do passado porque nos permite imaginar a nossa experiência pessoal como algo que existe para ser compartilhado, como algo que poderia ser útil para uma comunidade de investigação mais ampla do que podemos imaginar (Smith, 2010, p. 27).

É através das fontes orais que se torna possível dar visibilidade às formas de vida coletiva das mulheres reassentadas, uma vez que estas, antes desse processo de mudança compulsória, não participavam de nenhuma organização ou movimento social e, portanto, não existe nenhum outro tipo de registro sobre sua trajetória, muito menos aqueles baseados em gênero (Smith, 2010, p. 29).

Segundo Salvatici (2005), a história oral de mulheres contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas, significando, portanto, que suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória. As pesquisas realizadas a partir da perspectiva de gênero ressaltam a necessidade de um discurso político capaz de admitir e acolher as narrativas de diferentes sujeitos sociais, a necessidade de um arcabouço público no qual as memórias de todos possam ser reconhecidas e em que, ao mesmo tempo, elas próprias possam se reconhecer. Foi o que percebemos durante as narrativas das mulheres por nós pesquisadas: o tornar-se político, na medida em que a oportunidade de falar para pesquisadoras e alunas⁶ propiciou a essas mulheres um espaço de reflexão e ação. Perceber essas mulheres ocupando um espaço político significa assumir que as mulheres produzem os seus enunciados a partir de um lugar social e que elas têm o poder de ressignificar esses lugares (Meneghel; Farina; Ramão, 2005, p. 575).

6 Em todas as entrevistas, participaram as professoras responsáveis pela pesquisa e alunas bolsistas, estas responsáveis por todas as transcrições.

Para este texto, optamos por trabalhar com a história de vida de duas entrevistadas – dona Dionísia⁷ e dona Raimunda⁸ –, por entender que “a vida é uma história, e que uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (Bourdieu, 2005, p. 184). Ou seja, no nosso entendimento, a história dessas duas mulheres concentra o que Koselleck afirma: “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem” (Koselleck, 2006, p. 306). Para esse autor, a experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência fundem-se tanto a elaboração racional como as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais presentes no conhecimento ou que não precisam mais estar. Além disso, na experiência de cada um sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. É isso que as histórias de vida de dona Dionísia e dona Raimunda representam para a nossa análise: no momento em que elas estão narrando, percebe-se uma tentativa de elaboração da sua fala preocupada com quem está fazendo a pesquisa (as pesquisadoras), mas, por outro lado, elas não estão preocupadas com o que falam, pois percebem a própria importância naquele contexto de construção de conhecimento, que é o objetivo das pesquisadoras.

Ao mesmo tempo, na experiência de vida das entrevistadas estão contidas experiências de várias outras mulheres e homens que ocupam esses lugares sociais, mas não tiveram a oportunidade que as entrevistadas estão tendo. Ou seja, o que distingue a experiência dessas duas mulheres é o “haver elaborado acontecimentos passados, é o poder torná-los presentes, o estar saturada de realidade, o incluir em seu próprio comportamento as possibilidades realizadas ou falhas” (Koselleck, 2006, p. 312). Através da história de vida dessas mulheres é possível captar impressões diretas do passado recente, pois a linguagem comunica porque cria a “experiência” em formas convencionais (Smith, 2010, p. 30).

7 Dionísia Pereira Lima, 57 anos, casada, reassentada desde 2001. As entrevistas ocorreram em dois momentos: em junho de 2008 (entrevista concedida a Temis Gomes Parente e Viviane de Sousa Araujo) e em novembro de 2011 (entrevista concedida a Temis Gomes Parente, Olaya Fernández Guerrero e Viviane de Souza Araújo), no Reassentamento Córrego Prata, Porto Nacional (TO).

8 Raimunda Martins Alves Campos, 51 anos, casada, reassentada desde 2001. Entrevista concedida a Temis Gomes Parente e Susi Sousa Camila Neres, Reassentamento Pinheirópolis Rural, Porto Nacional (TO), 6 de dezembro de 2011.

O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos

Os impactos causados por construções de grande escala, como as hidrelétricas, foram e ainda são largamente estudados em todas as áreas, pois afetam diretamente o ambiente em que vivem ou viviam os ribeirinhos. Transferidos compulsoriamente para outras localidades, eles se veem obrigados a, de maneira brusca, abandonar sua forma de viver; na grande maioria das vezes, sem poder sequer decidir onde vão construir suas novas moradias: “a espacialização de hidrelétricas implica desterritorialização, ou seja, exclusão, privação e/ou precarização da vida das pessoas atingidas” (Pereira; Penido, 2010, p. 259), mas acontece também que “os grupos sociais sujeitados à desterritorialização não são vítimas passivas. [...] Reivindicam direito à memória” (Zhourri; Oliveira, 2010, p. 445).

De fato, mudanças já ocorreram no tocante aos deslocamentos pela construção de usinas hidrelétricas, pois antes o conceito de “atingidos por barragem” era somente para aqueles que tinham a posse legal da terra que seria alagada. Com os vários questionamentos apontados pelos movimentos sociais, houve uma ampliação do conceito de atingidos, que passou a abranger as populações indígenas, as minorias étnicas, os camponeses, os ribeirinhos e outros grupos que tivessem direito informal a terra e a outros recursos expropriados pelo projeto. Esses atingidos deveriam ser ressarcidos adequadamente com terra, infraestrutura e outras compensações. Assim, a ausência de título legal de propriedade não deveria ser utilizada para negar compensação e reparação a tais grupos (Rocha, 2010).⁹

É nessa categoria que estão incluídas muitas das famílias dos dois reassentamentos pesquisados: Córrego Prata e Pinheirópolis Rural. As mulheres entrevistadas não eram proprietárias das terras que seriam alagadas, mas a partir da mobilização política que empreenderam, orientada pelo Movimento de Atingidos por Barragens, tais grupos tiveram direito a um lote de terra no local escolhido pelos consórcios para reassentar os atingidos.

9 Sobre esse assunto, ver também Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Comissão Especial “Atingidos por Barragens” – Brasília/DF s/d.

Em trabalho anterior, mostramos que algumas famílias dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural não veem como negativos os impactos causados pela construção da usina e pela conseqüente formação do reservatório, porque, para elas, foi-lhes dada a oportunidade de adquirir legalmente um lote de terra. Esse processo vem a ser o que denominamos como “territorialização”, pois as pessoas se instalaram numa terra designada como sua (Parente, 2011).

Assim, no momento em que as famílias foram transferidas para os reassentamentos, iniciava-se o processo de territorialização, pois daquele momento em diante elas teriam um referencial, um lugar, um espaço onde poderiam trabalhar e extrair dali sustento para seus membros, o que antes não ocorria, porque se encontravam presas às dinâmicas das constantes mudanças de território de trabalho, não tendo terras para se fixar.

Segundo Agarwal (1994), o direito a terra é um dos fatores fundamentais para o processo de empoderamento. Nas falas das mulheres pesquisadas, é possível perceber essa forma de empoderamento, pois para elas a formação do reservatório era a única oportunidade de conseguir um “pedaço” de terra. O que queremos enfatizar é que a posse de bens por parte dessas mulheres, nesse caso o lote de terra, expande o leque de atividades geradoras de renda em que elas podem se envolver, o que aumenta suas opções de estratégias disponíveis, principalmente na garantia do alimento ao permitir à família satisfazer pelo menos uma parte de suas necessidades básicas, evitando recair na pobreza extrema (Deere; León, 2002, p. 44).

Segundo o Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, instituída pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (s/d, p. 33), a literatura acadêmica e técnica, assim como os casos estudados pela comissão, apontam para a degradação generalizada das condições materiais e imateriais da vida social, familiar e individual. Nesse mesmo relatório, o consultor sênior do Banco Mundial, Michael Cernea, registra a tendência de empobrecimento da população deslocada. Para ele, no deslocamento forçado a regra dominante é o empobrecimento da maioria dos reassentados.

No caso das mulheres entrevistadas para a nossa pesquisa, muitas relataram que sua situação melhorou no que se refere à posse da terra, porque nos locais em que viviam anteriormente não tinham títulos de propriedade. Perguntamos o que mudou para elas a partir do momento em que entraram para a liderança dos reassentamentos. Para elas, materialmente só mudou

a questão da posse do lote, pois as condições materiais não diferem das de antes. Mas a sua subjetividade mudou muito, devido ao contato delas com pessoas de outros reassentamentos, outras mulheres que viviam as mesmas realidades, com as mesmas dificuldades e as mesmas reivindicações. Ou seja, a posse do lote gerou para elas a possibilidade de participar do MAB e, com isso, de ter contato com outras pessoas que também fazem parte do movimento, o que lhes possibilitou ter acesso a informações de outras realidades semelhantes às delas nas questões de lutas e de dificuldades cotidianas dos reassentamentos. Percebe-se nas falas de dona Dionísia e de dona Raimunda a confiança e a autoestima quando descrevem o seu crescimento como pessoa, mesmo tendo a clareza de que tais informações não fazem muita diferença para mudar a sua realidade. Comparando as duas entrevistas de dona Dionísia, a de 2008 e a de 2011, são visíveis as mudanças ocorridas nas suas falas: a facilidade de narrar e a habilidade de dialogar diferem muito de um momento para o outro, sendo visível a sua capacidade de concatenar as ideias durante a última entrevista.

Mas a posse de terra para essas mulheres não garante o empoderamento, pois este, segundo Deere e León (2002, p. 55), não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e suas histórias, e também conforme a posição de subordinação em que cada um se encontra nos níveis pessoal, familiar, comunitário e também nos mais elevados.

Apesar dessas conquistas, é perceptível nas falas das mulheres a subordinação ao homem como normal, sendo difícil, portanto, devido às próprias histórias de vida, que ocorram mudanças de forma espontânea. O empoderamento deve ser induzido primeiro pela criação de uma consciência a respeito da discriminação de gênero, o que não ocorreu nos dez anos desde que foram criados os reassentamentos.

Esse processo de conscientização está se iniciando agora no MAB. O debate sobre gênero e as violações de direitos das mulheres atingidas por barragens foi tomando corpo dentro da organização nos últimos anos e, em abril de 2011, foi realizado em Brasília o primeiro Encontro das Mulheres Atingidas por Barragens. O evento contou com a presença de 500 mulheres, que debateram sobre a situação de violência e as lutas que travam, tendo estas saído mais fortalecidas para se engajar na organização. Nesse encontro, dona

Dionísia e dona Raimunda participaram como representantes dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural, respectivamente.

Embora tenha havido pequenas mudanças nessas mulheres ao longo dos últimos anos, a falta de consciência sobre a discriminação de gênero por parte delas foi o que nos levou a perceber o seu desempoderamento, por concentrar o que Zapata (2003) denominou de “fatores de desempoderamento”.

O primeiro fator é a dependência econômica. A partir das entrevistas, percebe-se que a situação econômica dessas mulheres é precária, pois depois que foram reassentadas não conseguiram produzir nos lotes produtos suficientes para sua autonomia. Isso é atribuído a várias causas, dentre elas o tamanho do lote, o tipo de terreno e sua qualidade, inadequados para a produção agrícola, bem como o próprio clima. Além disso, muitos reassentados não tinham o conhecimento prático de como lidar com a terra, o que contribui, portanto, para a não autonomia dessas famílias. A realidade da participação econômica das mulheres dos reassentamentos é muito precária, uma vez que quase todas lidam diretamente com a pequena produção de subsistência em seus lotes de terra, na maioria das vezes são chefes de família e muitas ainda sustentam os filhos que estudam na cidade. Isso se reflete diretamente na oportunidade econômica, pois nenhuma dessas mulheres tem uma profissão, mesmo aquelas “feminizadas”.

O segundo fator é a opressão. Segundo Iris Marion Young, a opressão que afeta as mulheres e outros coletivos pode ser identificada a partir de cinco traços fundamentais: exploração, marginalidade, carência de poder, imposição do imperialismo cultural e violência (Young, 2000, p. 88-107). Pode-se notar o peso da opressão que as mulheres pesquisadas sofrem a partir de suas falas, quando se percebe o “esmagamento” das suas expectativas ao falarem das lutas e das pequenas vitórias de sua participação nessas lutas. A expectativa é ligada ao mesmo tempo à pessoa e ao interpessoal, e também se realiza no hoje: é futuro-presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser visto ou previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p. 310).

A opressão também tem muito a ver com a interdição do uso público da palavra. A linguagem é privilégio, e o fato de o acesso à palavra ser ne-

gado às mulheres e a outros coletivos discriminados é também um jeito de reduzir suas chances de se desenvolver pessoal e socialmente, de construir sua própria identidade através do diálogo com o outro (Fernández, 2012, p. 180). Partindo dessa perspectiva, podemos considerar que as mulheres entrevistadas já iniciaram um processo de ruptura com essa opressão, porque elas têm acesso ao uso público da palavra, embora seja dentro do contexto de um movimento social, o MAB. Em suas falas, percebe-se que essas mulheres contribuem para espalhar a mensagem do coletivo que representam, mas ainda não conquistaram totalmente o uso público da palavra para falar de si mesmas e de suas experiências como mulheres.

O excesso de responsabilidade doméstica constitui outro fator. Um dos problemas que afetam as mulheres rurais está relacionado com as construções ideológicas e as consequências práticas da “divisão sexual do trabalho”. Segundo essa divisão, as mulheres são responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidado das crianças, de pessoas idosas e doentes, e aos homens estão delegadas todas as atividades relacionadas à vida pública e à tomada de decisões. Dentro dessa divisão, que inclui ao mesmo tempo uma hierarquização, o trabalho feminino no âmbito doméstico fica desvalorizado e torna-se invisível. Todas as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres, às quais corresponde uma enorme magnitude de trabalho que cria riqueza e que sustenta e reproduz a vida em sociedade, durante séculos foram invisibilizadas e desconsideradas do ponto de vista econômico (Rodríguez, 2010, p. 32).

A maior reclamação das entrevistadas é a falta de adesão das outras mulheres dos reassentamentos aos momentos de luta para conquistar algumas das reivindicações, pois essas outras mulheres, quase em toda a sua totalidade, alegavam que não iriam participar das reuniões convocadas pelas líderes porque não tinham tempo, ou seja, alegavam que as suas atividades domésticas não podiam ficar para depois.

Outro fator é a falta de participação e de apoio: se não há políticas específicas de gênero para o processo de deslocamento compulsório, como a população que nunca viveu e jamais pensou em viver tal situação vai saber lidar com essa realidade? Foi o que percebemos nas entrevistas com as mulheres, particularmente com dona Dionísia, uma vez que tivemos a oportunidade de ouvi-la em dois momentos. Na entrevista realizada em 2008, ficou evidente a sua inexperiência para organizar uma associação de mulheres para

aquele reassentamento;¹⁰ na entrevista de 2011, ela afirma que a criação dessa associação nunca foi concretizada. Hoje, apesar de dona Dionísia já ter participado de várias viagens como representante do reassentamento no MAB, ela nos diz que não representa um movimento de gênero, e sim que é uma representante do MAB. Nas suas falas, percebe-se que o MAB providencia apoio com capacitação sobre o movimento, mas em nenhum momento as questões de gênero são enfocadas, como podemos perceber quando ela se refere às conquistas dos reassentados:

O que eu achei foi assim, porque muita gente não tinha uma terra pra morar, muita gente não tinha uma chácara pra plantar um pé de arroz, de milho, feijão, uma manga pra comer, esse povo terminou ganhando, ganharam uma, ganharam mais outra através de luta, de dificuldade, de trabalho, de poder, porque se nós não tivesse poder é onde eu volto pro poder, se você não tivesse poder, poder que eu quero dizer direito, não sei como é que eu quero falar assim, uma coisa que você tem condição de adquirir mas você não vai atrás, você não adquirio! Entendeu melhor, então as vezes que eu quero dizer poder é isso, o Cirineu [*coordenador do MAB no Estado do Tocantins*] diz assim: “Ninguém tem direito dona Dionísia, se conquista”, então sim que nós conquistemos esse direito, porque nós somos muito respeitado pelas as autoridade governamental, sabia!? Os reassentados atingido por barragem são bem respeitado, agora eles (*se refere aos reassentados*) é que não sabe fazer isso, não se considera. Aqui tem gente que nega que não é MAB, porque acha que MAB é o Cirineu, “gente o MAB não é Cirineu não, Cirineu não é atingido aqui pela barragem nossa não”, o MAB é os atingidos tanto faz ser da barragem do Tocantins, como da barragem de onde quer que seja, ele é MAB, ou queira ou ele não queira, ou ele entra numa luta, ou ele não entra, ele é. E muita gente não pensa não tem vergonha de dizer que é, por isso é que eu digo pra você eu não acho que cresceu por esse lado, que se eles quisessem crescer todo mundo era empolgando, eu sou MAB, eu falo e luto com consciência, não quer vestir uma camisa do MAB... (Entrevista de dona Dionísia)

10 Para melhor compreensão, ler o trabalho de ARAÚJO (2008), que discute especificamente as tentativas de criação da Associação de Mulheres no Reassentamento Córrego Prata.

Mas quando perguntamos o que ela busca especificamente de melhoria para os reassentados, as suas respostas convergem para ações e atividades relacionadas diretamente com as questões de gênero e, o que é mais interessante, reforçam essas questões sem que ela tenha consciência disso. Ou seja, as lutas são para conseguir apoio para atividades relacionadas às questões atribuídas como “atividades de mulheres”.¹¹

Quanto à falta de apoio, na maioria das vezes é somente reflexo das atitudes explicitadas acima, uma vez que essas lideranças não foram formadas nem continuamente capacitadas para a compreensão do que sejam políticas públicas e, portanto, não sabem de quem cobrar e como fazer essa cobrança. Isso fica explícito quando perguntamos às entrevistadas quais e como seriam os apoios externos que elas recebem. Na percepção de uma das entrevistadas, esse apoio externo se concretiza em forma de cesta básica, não representando, portanto, o papel de influência como uma representação política diretamente voltada para a sua comunidade. Isso vai refletir no seio da comunidade, uma vez que essas lideranças locais não são reconhecidas por eles, pois a partir do momento em que o fornecimento de cestas básicas é interrompido, o poder dessa liderança é questionado.¹² Tanto dona Dionísia como dona Raimunda consideram que o fracasso de muitas lutas nos reassentamentos deve-se à falta de apoio interno, ou seja, dos próprios reassentados (homens e mulheres).

Em relação à falta de educação formal e de capacitação, quase todas as mulheres dos reassentamentos pesquisados não possuem ensino fundamental completo, ou seja, não concluíram uma educação formal que permitisse a elas chegar a um curso superior. Mas todas foram unânimes em suas falas de que suas/seus filhas/os estão estudando para que não sejam iguais a elas e recebam uma formação educacional mais ampla do que elas tiveram. Nas entrevistas, essas mulheres demonstram a consciência de que a falta de estudos dificulta o acesso às atividades de trabalho que permitem melhores condições econômicas. De fato, já tem sido assinalada a importância da escolarização das

11 As duas entrevistadas sempre reportam que suas lutas são para melhorar a vida das famílias, e isso se reflete em suas falas. Essas melhorias estão diretamente relacionadas ao artesanato e à criação de animais domésticos, como porcos e galinhas.

12 As duas entrevistadas são unânimes em afirmar que não são reconhecidas pela comunidade reassentada e, portanto, não recebem apoio nenhum em suas lutas.

mulheres, porque possibilita que elas tenham novos argumentos e estratégias para lutar contra a discriminação (Fernández, 2012, p. 214).

A realidade é que as dificuldades de acesso à educação não são específicas das mulheres dos reassentamentos, e sim condição dominante na população rural do Brasil, conforme aponta a historiografia (Melo; Di Sabbato, 2006, p. 68). Por outro lado, as poucas mulheres que fazem parte de movimentos sociais, principalmente de reassentamentos que foram criados de forma compulsória, dada a inexperiência organizacional anterior, não entendem as estruturas sociais dominantes.¹³ A participação nesses movimentos ocorreu a partir das suas necessidades imediatas, como foi o caso de dona Dionísia e de dona Raimunda, que começaram a fazer parte como líderes quando passaram a morar nos reassentamentos. Foram inseridas no movimento por uma necessidade política ligada diretamente ao MAB, que obrigatoriamente tem que ter um/a representante de reassentamento.

Assim, quanto ao empoderamento político, apesar de essas mulheres estarem no lugar de representação de uma comunidade, ali estão devido a uma política do Movimento dos Atingidos por Barragens, que tem como pressuposto que todos os reassentamentos precisam ter um(a) representante e, portanto, mulheres como dona Dionísia e dona Raimunda foram cooptadas como líderes por terem se sobressaído em relação às demais naquela comunidade. Os representantes tanto poderiam ser homens como mulheres.

Em entrevista com o representante do MAB no Tocantins, foi perguntado qual seria o processo de escolha dessas lideranças em cada reassentamento, ao que ele nos respondeu:

A ideia nossa é que as pessoas se identifiquem e a partir da identificação ela também passe a exercer um papel de liderança, é muito mais essa identificação, os princípios do movimento o processo de luta, e é isso, se você pegar a dona Dionísia, ela se identifica, é uma liderança que nós consideramos uma liderança do MAB, mas num processo, se você pegar o presidente da Associação, não é ela, né!¹⁴

13 Estruturas construídas a partir do ponto de vista do patriarcado.

14 Cirineu da Rocha, Direção Nacional do MAB e responsável pelo processo de articulação política no Estado do Tocantins. Entrevista concedida a Olaya Fernández Guerrero, NEDIG – UFT, Porto Nacional (TO), 7 de dezembro de 2011.

A representação dessas mulheres no MAB não é uma representação direta, que tem direito à voz para deliberar nas formulações de políticas que afetem a localidade na qual estão inseridas. O que elas representam é repassado para os coordenadores do movimento em nível estadual, e estes repassam para os coordenadores nacionais, portanto as vozes e as necessidades desses/as líderes ecoam muito longe de onde partiram e talvez até com outras interpretações.

Em relação à questão da saúde e do bem-estar, devido a todos os outros fatores listados acima, não poderia ser diferente. As pessoas dos reassentamentos não têm acesso a um atendimento de saúde de qualidade. A título de exemplo, quando chegamos ao reassentamento Córrego Prata e perguntamos para dona Dionísia o que ela estava fazendo naquele momento, ela respondeu:

Cheguei em casa agorinha, desde de ontem eu vou em Porto [*sede do município do reassentamento*] perdendo o meu tempo pra mim conseguir uma consulta e eu não consigo, pro aqui não tem! Se você for pra Palmas você tem que inventar uma mentira, pro você puder conseguir consultar em Palmas.¹⁵

A dificuldade a que a entrevistada se refere é que o reassentamento pertence ao município de Porto Nacional e, portanto, o atendimento da saúde tem que ser obrigatoriamente efetuado nesse município, mesmo que o atendimento em Palmas seja bem mais rápido e mais próximo do reassentamento, com maior facilidade de acesso.

Ao mesmo tempo em que nos narra essas dificuldades, dona Dionísia parece se transformar quando solicitamos que nos fale sobre as suas conquistas como representante dentro do reassentamento. Percebemos, a partir de sua experiência, momentos de resistência e – por que não? – de empoderamento, quando nos relata algumas conquistas, como o caso do ônibus:

...a INVESTICO deu um ônibus pra nós num período de dois anos quando venceu os período dela, ela tirou esse ônibus e nós fiquemos andando de pé daqui pra pista sê vê que é ‘bem pertinho’.

15 Dionísia Pereira Lima. Entrevista concedida a Temis Gomes Parente, Olaya Fernández Guerrero e Viviane de Souza Araújo, no Reassentamento Córrego Prata, Porto Nacional (TO), novembro de 2011.

De pé! Pegava o ônibus de Porto pagava a mesma passagem de quem saía de Porto pra Palma e voltava a mesma coisa, saía lá vinha pra cá de pé, era nossa luta. Aí nós lutando com a empresa, com o Ministério, com o Estado, com o Município. ... Aí um dia o Cirineu formou uma marcha aí de Goiânia-Brasília pra conquistar umas coisas lá no presidente Lula nós foi, ah ai eu digo, ah! Já sei como nós vai conseguir o ônibus. Ai cheguei aqui fui em cima com eles fui em baixo, não, ninguém dava ouvido não, “vai não? Tão tá bom!” Cirineu vem aqui! Fui lá em Porto, Cirineu vem aqui...

Vem aqui pra nós marcá o dia e a hora pra que nós vamos fazer o manifesto pra nós conseguir o ônibus, “dona Dionísia, a senhora já tá doida!” Tô não tô sozinha aqui... aí ele disse “não dona Dionísia vai lá e junta o povo, convida o povo que sábado eu vou lá”. Aí tá, eu vim, falei com o povo, o povo ainda fizeram essa bondade aí, reuniram na hora certa, Cirineu veio aí planejamos direitinho, no sábado, na segunda-feira nós fomos tomar a pista bem aí pra nós puder chamar atenção do governador, chamar atenção de todas as autoridades que nós que andava de pé e sofrendo, falta de um transporte pra nós andar. Aí por detrás foi “um bunitinho” ligou pra polícia que nós ia tomar a pista.

...quando nós pensamos que não, nós tava cercado ali, num tem a estrada que vai pro São João, nós se reuniu lá debaixo daquelas mangueira da entrada do São João, já tava se preparando pra nós subir, a gente ia tomar a ponte, pro carro não tinha por onde desviar. Ali, quando nós deu fé que não gente, os camborãozão, as polícias chega empreteceu tinha mais policia do que gente. “Ah! Quem é Cirineu, quem é Cirineu da Rocha aqui? Cirineu sou eu! Ah! Pois nós viemos aqui porque fiquemos sabendo que vão fazer isso e isso, não pode fazer não! Encostei pra perto dele, moço pois nós vai fazer! Não vai não, que não pode fazer não, se não vai prejudicar muita gente, então é por isso mesmo que nós vai fazer, que a muito tempo nós somo prejudicado, e daqui pra trás eu não volto se eu não fazer alguma coisa, pra chamar atenção dos governantes daqui não, tanto daqui de Palma, quanto de Porto, como do Brasil inteiro, nós vai fazer sim!! Ah mais...! Ôia moço nós tem tanto tempo que nós peleja com reunião, com Ministério, com todo mundo das empresas pra entrar em acordo pra colocar um ônibus pra nós aqui dentro, ninguém nunca chega a esse acordo e nós não viemos pro Prata não foi que nós pediu pra vim não foi eles que tiraram nós e jogaram nós aí, e agora nós vai fazer, sê

vai vê, sê vai vê... Com tanta loucura minha, “não, então vocês aguenta aí que eu vou em Palmas vou vê quem pode resolver isso pra vocês, chegar se ninguém quiser resolver, eu vou liberar a pista aí pro cêis fazer o manifesto de vocês uma hora só!” Não tá bom, uma hora já dá pra chamar atenção, aí foi...quando ele chegou ele já tinha reunião agendada com a professora Nilmar que naquele tempo era a prefeita atenderam nós na quarta feira, isto era na segunda, na quarta nós foi enchemos o ônibus de gente... botaram nós numa salinha piquinininha, assim sabe... nós entremos todo mundo, não, não cabe não! Cabe sim senta na cabeça dos outros, mas nós vai sentar todo mundo aí dentro... não é pra sair ninguém não, entremo todo mundo quando ela veio se espantou disse pra ela que todo mundo que ta aqui é sofrido, não é só eu e outro todo mundo... pois tá bom, ela botou o ônibus tá aí rodando... Então é assim, é isso que eu digo pra eles que nós tem esse poder. (Entrevista de dona Dionísia)

Partindo para algumas conclusões, achamos por bem manter essa fala na íntegra, mesmo longa, para melhor compreender o título deste trabalho, que menciona o “desempoderamento”. Só a partir de uma certa distância de tempo e de olhar é possível trazer outras leituras de vivências passadas.

Acompanhando essas mulheres através de nossas pesquisas,¹⁶ e conhecendo as condições precárias de subsistência em que vivem – não só materiais, mas também nas questões de suas subjetividades, quando nos falamos sem perceber de suas relações sociais, às quais estão subordinadas, ou “desempoderadas” –, a vivacidade da narrativa acima nos mostra o vislumbre de possíveis mudanças no comportamento relacionadas com a tomada de “poder”. O fortalecimento da autoestima, a confiança em si que nos mostra a fala de dona Dionísia, o refletir sobre suas experiências passadas que contêm resultados objetivos passam a fazer parte de seu modo de elaboração. Portanto, são momentos de conquista e empoderamento relatados e vividos pelas mulheres.

Na entrevista de dona Raimunda, do reassentamento Pinheirópolis Rural, é possível perceber o desânimo quando fala das suas lutas, pela falta

16 As nossas pesquisas com as mulheres desses reassentamentos iniciaram-se em 2004, quando aprovamos o primeiro projeto de pesquisa no Edital de Ciências Humanas/CNPq. A partir de então, todas as pesquisas foram e têm sido financiadas por este órgão de fomento, através de projetos e de bolsa de produtividade.

de apoio da própria população local. Mas quando relata sobre a Associação do Reassentamento, quando diz que sua filha foi a presidente, mas que teve de sair por ter conseguido uma bolsa de estudos através do MAB para estudar na Venezuela, é o momento em que a entrevistada demonstra a mesma vivacidade que identificamos na fala de dona Dionísia ao relatar sobre a conquista do ônibus. Dona Raimunda tem consciência de que a bolsa de estudos conseguida pela filha é uma conquista de todos, por estarem no movimento, e não uma conquista isolada.

Por outro lado, as lideranças dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural não possuem as condições prévias para o empoderamento da mulher, sendo estes os espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres (Toledo; Lisboa, 2011, p. 5). Essas mulheres não têm acesso ao poder político nem tampouco possuem poder de voz e de ação por não terem uma organização coletiva, daí, portanto, o desempoderamento. Assim, é na compreensão dos fatores inibidores do empoderamento – como as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a falta de apoio, a falta de capacitação e de maior participação e a dificuldade de acesso à saúde e ao bem-estar – presentes no cotidiano das mulheres que representam os reassentamentos no Movimento de Atingidos por Barragens que identificamos o que chamamos de desempoderamento.

Referências

AGARWAL, B. *A field of one's own: Gender and land rights in South Asia*. Cambridge: University of Cambridge, 1994.

ARAÚJO, Viviane de Souza. *Representações de gênero nas memórias de mulheres do Reassentamento Córrego Prata*. Trabalho de Conclusão de Curso. Núcleo de Estudos das Diferenças de Gênero da Universidade Federal do Tocantins, 2008.

BATLIWALA, S. El Significado del empoderamiento de las mujeres: Nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, M. *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santa Fe de Bogotá: T/M Editores, 1997. p. 187-211.

BOURDIEU, P. A ilusão da biografia. In: AMADO, J.; MORAES FERREIRA, M. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993.

_____. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

CHARLIER, S.; CAUBERGS, L. (Coord.). *El proceso de empoderamiento de las mujeres*. Guía metodológica. Investigación realizada por el grupo de trabajo: “Género y Indicadores” de la Comisión de Mujeres y Desarrollo. Bruxelles, Junio 2007.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Brasília, s/d.

DEERE, C.; LEÓN, M. *O empoderamento da mulher: Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERNÁNDEZ, O. *Eva en el laberinto*. Una reflexión sobre el cuerpo femenino. Málaga: Universidad de Málaga, 2012. (Inédito)

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Empoderamento de mulheres: Avaliação das disparidades globais de gênero*. Genebra, 2005.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, Debate 9, 2006. p. 47-87.

MENEGHEL, S.; FARINA, O.; RAMÃO, S. Histórias de resistência de mulheres negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, set./dez. 2005.

PARENTE, T. Gênero e memória de mulheres desterritorializadas. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, 2007.

PARENTE, T.; SALUSTIANO, S. F. M. *Linguagens plurais: Cultura e meio ambiente*. Bauru: Edusc, 2008.

PARENTE, T. Territorialização e papéis de gênero: o caso do “Reassentamento Córrego Prata” (TO). In: DOS SANTOS, R.; BORGES, V. (Org.). *Imagário e representações: entre fios, meadas e alinhavos*. Uberlândia: Aspectus, 2011.

PEREIRA, D.; PENIDO, M. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos. Possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. In: ZHOURI, A.; LASCHESFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimentos e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 250-275.

ROCHA, H. J. A condição de atingido por barragem. *Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia*, 11 a 13 de agosto de 2010. Florianópolis: UFSC Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS).

RODRIGUEZ, G. A autonomia econômica das mulheres e a reprodução social: o papel das políticas públicas. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, edição especial jul 2010 – Autonomia econômica, empoderamento e inserção das mulheres no mercado de trabalho, p. 31-40.

SALVATICI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005.

SILVA JÚNIOR, J. M. *Reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães – Tocantins*: a efetividade do programa de remanejamento populacional quanto a sua sustentabilidade socioambiental. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2005.

SMITH, R. C. História oral na historiografia: autoria na história. *História oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, v. 1, n. 13, 2010.

TOLEDO, A.; LISBOA, T. O sexo da pobreza brasileira. *Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011 (ISSN 2177-8248).

VIANA, R. *Grandes barragens, impactos e reparações*: um estudo de caso sobre a Barragem de Itá. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

WORLD COMMISSION ON DAMS. *Dams and development*. A new framework for decision-making. London: Earthscan, 2000.

YOUNG, I. M. *La justicia y la política de la diferencia*. Madrid: Cátedra, 2000.

ZAPATA, E. *Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales*. México: Plaza y Valdés, 2003.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A.; LASCHESFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimentos e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 439-462.

Resumo: Este texto propõe-se a analisar o cotidiano das mulheres dos reassentamentos rurais criados com o enchimento do reservatório que se formou com a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, no Rio Tocantins, no município de Porto Nacional (TO, Brasil). Com esta análise, pretendemos conhecer como é a vivência dessas pessoas dez anos depois da mudança para os reassentamentos e, a partir dessa “leitura”, procurar entender o processo de

desempoderamento das líderes de movimentos sociais que representam esses reassentamentos. Neste trabalho, consideramos como fatores inibidores do empoderamento – portanto, o desempoderamento – as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a falta de apoio, a falta de capacitação e de maior participação (Zapata, 2003, p. 225-249). A nossa análise fundamentar-se-á na identificação dos fatores inibidores do empoderamento identificados nas falas de mulheres dos reassentamentos Córrego Prata e Pinheirópolis Rural (TO). É a partir das suas narrativas que tentamos entender mais de perto a vida dessas mulheres, descobrindo as estratégias que fazem com que elas permaneçam, e mesmo fortaleçam, os lugares de gênero que ocupam.

Palavras-chave: História Oral, movimentos sociais, impactos ambientais, empoderamento, desempoderamento.

Disempowerment of women from rural settlements in Porto Nacional (TO, Brasil)

Abstract: This article focuses on analyzing everyday life of women from rural settlements built after the construction of the dam Luís Eduardo Magalhães in Tocantins river, Porto Nacional town (TO, Brazil). This analysis wants to know how this people feel after ten years of being relocated in the new farms and, from that point of view, trying to understand the processes of disempowerment which affect women who lead social movements in those locations. In this essay, we consider that factors which obstruct empowerment – so they bring disempowerment – are: domestic responsibilities, oppression, economic dependence, lack of support, lack of education and participation (Zapata, 2003, p. 225-249). Our study will focus on the identification of those factors which complicate empowerment, and we will trace their presence in the interviews with women from the settlements Córrego Prata and Pinheirópolis Rural (TO). It is through their narratives that we will try to achieve a closer understanding of these women's life and to discover the strategies they use to keep their attachment to traditional gender stereotypes and even to reinforce them.

Keywords: Oral History, social movements, environmental impacts, empowerment, disempowerment.

Recebido em: 16/03/2012

Aprovado em: 27/04/2012